



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
5 de outubro
de 2018

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros		Opinião
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	A	(X) Gerada () Espontânea (X) Positiva () Negativa

Trinta anos da Constituição e o MP

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

Em 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o eterno Ulysses Guimarães, no discurso de promulgação da Carta Magna, ao mesmo tempo em que reconhecia sua imperfeição, advertia os brasileiros de ontem, de hoje e de amanhã: “Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

A persistência da Constituição é a sobrevivência da Democracia. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo”.

Inapropriadamente nossa Constituição tem sido apontada como bode expiatório para a crise política, ética e econômica que hoje vivemos. Suas conquistas são consideradas causas de instabilidade econômica e de fraqueza institucional. Nossa Constituição foi fruto de lutas, de sonhos, de sangue daqueles que buscaram a retomada da Democracia.

Os movimentos sociais, as representações populares, a voz das ruas foram os legitimadores da nova ordem constitucional. Não é uma Cons-

tituição para a Suíça; é uma Constituição para um país que precisa enunciar direitos fundamentais que muitos outros já reconheceram. Se hoje se põem transparentes as mazelas administrativas e, em especial, o câncer da corrupção, a explicação é apenas uma: a Constituição assim nos permitiu, por estabelecer os princípios da Administração Pública em favor do cidadão.

A refundação da sociedade brasileira exigiu uma nova arquitetura constitucional em que o Ministério Público passa a ser a instituição responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Exercer essa missão, em um plano constitucional que se apruma na busca da máxima eficácia e efetividade dos direitos fundamentais, inclusive o direito a um governo honesto, é tarefa árdua.

Mas continuamos caminhando, pois cada passo é uma homenagem aos que nos antecederam e a seus esforços pela construção dessa nova ordem constitucional.

O Ministério Público que a Constituição de 1988 exige é um Ministério Público visceral na guarda da dignidade da pessoa humana, do regime democrático e do combate a todas as vilanias. Nessa missão, que é a missão de guarda da própria Constituição, somos e sempre seremos radicais, pois nas crises institucionais, somente a radicalidade pela eficácia constitucional preserva a Democracia e a higiene das instituições, postas a serviço

permanente do cidadão. A radicalidade, não nos esqueçamos, é a busca da raiz, da base primeira, que, para a Democracia, nada mais é senão o respeito ao cidadão. O presidente daquela Assembleia Constituinte, no mesmo discurso já referido, a respeito das características da Constituição, elenca a coragem, como “matéria-prima da civilização”, pois, “sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo”. Não podemos deixar se esvaír essa coragem.

O Ministério Público se põe de pé, trazendo para si essa certeza de que somente pela bravura e destemor na proteção da Constituição é que manteremos seu poder normativo, seu ideário democrático e sua reserva na enunciação dos direitos. Só pela coragem é que estaremos ao lado da sociedade na vitória do legítimo poder popular sobre a tirania, a precarização dos direitos e as tentativas de mácula da intangibilidade das cláusulas pétreas que constroem nosso processo civilizatório.

Disse ainda Ulysses: “a sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado”. A Constituição é a certeza de que a sociedade sempre terá as armas para compor o pacto social em torno dos interesses de todos. O Ministério Público brasileiro, reinventado por essa Constituição, é o braço forte e corajoso da sociedade na defesa desses interesses comuns a todos e a cada cidadão.

*Procurador-geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros <u>Atos, Fatos e Bancos</u>	
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	2
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada (/) Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa			

Desce

A ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas (MA), Maria de Sousa Lira, foi condenada pela Justiça por dispensa de licitação, de forma ilegal, realizando despesas sem recursos orçamentários suficientes e efetuando pagamento em duplicidade, sem comprovações de despesas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros <u>Estado</u>		
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	6	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Município é condenado a implantar aterro sanitário em Alcântara

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, contido em Ação Civil Pública, a Justiça determinou, em 21 de setembro, que o Município de Alcântara faça a adequação do local conhecido como Lixão do Pavão às normas ambientais e ao Código de Postura do Município. Em caso de impossibilidade de adequação, foi determinado que a administração municipal interdite o local, implantando

área de destinação e disposição ambientalmente adequadas, e promova o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Foi concedido prazo de 180 dias para a realização de estudos e processo licitatório, bem como mais 180 dias para a efetivação da decisão. A Ação Civil foi ajuizada pelo promotor de justiça Peterson Azevedo de Abreu. Proferiu a

sentença o juiz Rodrigo Otávio Terças Santos.

IRREGULARIDADES

Na manifestação do MPMA, foi informado que o Município de Alcântara nunca construiu um aterro sanitário e nem implementou mecanismos de destinação e disposição final ambientalmente adequada, o que vem causando dano ambiental pela contaminação do solo, do ar e dos recursos

hídricos subterrâneos, decorrente de depósito de lixo a céu aberto. Foi relatado, ainda, que os resíduos sólidos da cidade de Alcântara são depositados indiscriminadamente no lixão localizado no povoado Pavão. A área é administrada pelo Município e pessoas têm livre acesso. A saúde da população também está sendo prejudicada porque o lixão se encontra localizado em área habitacional.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros <u>Estado</u>		
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	6	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Pinheiro Campanha "Idoso consciente: voto inteligente" é lançada

O Ministério Público do Maranhão realizou, na tarde de quarta-feira, 3, o lançamento da campanha "Idoso consciente: voto inteligente" em Pinheiro. O evento foi realizado no Espaço Criança Feliz, na Praça São Benedito.

Participaram da solenidade idosos da cidade de Pinheiro, autoridades representantes do Judiciário e do Executivo municipal, além de membros do Ministério Público do Maranhão, entre os quais o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho. Idealizador da campanha,

o promotor de justiça José Augusto Cutrim Gomes, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, declarou que a iniciativa busca motivar os idosos a exercerem sua cidadania por meio do voto. Ele ressaltou que nas últimas eleições a abstenção atingiu mais de 70% das pessoas com mais de 60 anos no Maranhão. "O cidadão que não vota não é lembrado. O que se quer é criar estímulos para que os idosos exerçam sua cidadania escolhendo seus representantes", afirmou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
() O Estado do MA () O Imparcial (<input checked="" type="checkbox"/>) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog					
EDITORIA					
() Política	() Cidades / Vida	() Geral	() Polícia	Outros	Estado
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	6	(<input checked="" type="checkbox"/>) Gerada	() Espontânea (<input checked="" type="checkbox"/>) Positiva () Negativa

Ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas é condenada por dispensar licitação

O Ministério Público Federal (MPF) no Maranhão conseguiu na Justiça a condenação da ex-prefeita de Bom Jesus das Selvas (MA), Maria de Sousa Lira, que dispensou licitação, de forma ilegal, realizando despesas sem recursos orçamentários suficientes e efetuando pagamento em duplicidade, sem comprovações de despesas.

Segundo o MPF, durante a gestão de Maria de Sousa Lira, em 2007, o município de Bom Jesus das Selvas recebeu recursos federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Consta, na tomada de contas anual de 2007, que os recursos recebidos do Fundeb,

somado aos rendimentos em aplicações financeiras atingiram o patamar de R\$ 6.932.102,41. Foi constatada, no entanto, a inexistência de procedimentos licitatórios na realização de gastos na gestão da ré no patamar de R\$ 690.313,31. De acordo com o art. 89 da Lei 8.666/93, “dispensar ou inexigir

licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade” é ato ilícito e a pena deve ser detenção, de três a cinco anos, e multa”. Diante disso, a Justiça Federal condenou Maria de Sousa Lira a cinco anos de detenção e multa de R\$ 20.000,00. A pena possui regime inicial semi-aberto. Além disso, a Justiça determinou a inabilitação da ex-prefeita, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	2
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Jornalista confirma que foi agredida pelo atual marido de Eliziane Gama

Adriany de Paula fez vídeo contando drama que passou quando foi casada com Inácio Melo; ela disse também que teve arma apontada para a sua cabeça

A jornalista Adriany de Paula confirmou, em vídeo publicado em sua conta pessoal no Instagram, ontem, revelação feita por **O Estado** no mês passado, apontando que o atual marido da deputada federal Eliziane Gama (PPS), Inácio Cavalcante Melo Filho, foi denunciado à polícia por agressão.

Na reportagem, o nome da vítima havia sido omitido, para preservar sua identidade. Mas agora ela própria decidiu trazer o assunto à tona, após a repercussão em meio ao debate eleitoral.

Na postagem, Adriany de Paula lamentou o posicionamento recente de Eliziane Gama, que é candidata ao Senado pela coligação "Todos pelo Maranhão" e tem atribuído as revelações sobre o passado do marido à disputa política. Para ela, as denúncias quem pesam contra Cavalcante Melo são calúnia e difamação.

A jornalista contesta a versão de defesa da candidata e garante que foi agredida por Inácio Melo até dentro de uma igreja e que teve uma arma apontada para a própria cabeça.

Ela diz ainda que foi mantida em cárcere privado e extorquida. E critica Eliziane Gama por, segundo ela, proteger o agressor.

"Se a deputada sabia ou não de tudo isso, não posso afirmar, mas que ela está do lado de um agressor e contra as agredidas, eu não tenho dúvida. Porque é muito fácil você fazer um discurso bonito, falar sobre as mulheres, os direitos, e defender um homem desse", lamentou.

“Eu queria entender como que a deputada afirma que tudo o que eu passei é mentira”

ADRIANY DE PAULA,
jornalista



Adriany postou vídeo falando de agressões que sofreu de Inácio Melo

Além disso, ela revela que outras mulheres já processaram o marido da parlamentar pelos mesmos motivos. "Não sou só eu que tenho registro de ocorrência, exame de corpo de delito, processo contra Inácio", declarou. Adriany de Paula afirmou também que, após o estouro do caso, foi procurada por Inácio Cavalcante para um acordo. "Ele me procurou, disse que tinha uma proposta do meu interesse para mim, e pediu que eu gravasse um vídeo de 30 segun-

dos", completou.

Para ela, o vídeo deve servir como estímulo para que outras mulheres denunciem agressões sofridas dos seus companheiros.

"Esse meu vídeo aqui também serve de incentivo para toda mulher que sofre agressão. Eu acredito que a gente tem que dar um basta à violência contra a mulher. Porque, além dos defensores desses agressores, a gente acaba se tornando um aliado quando a gente fica em silêncio", concluiu. ●

SAIBA MAIS

Outra ex-esposa de Inácio Melo, Fernanda Santos, revelou a **O Estado** que ele deve mais de R\$ 560 mil em pensão alimentícia, devidos há mais de 18 anos. Há dois processos tramitando na 2ª Vara de Família de São Luís. Um pedindo o pagamento do valor devido e outro com pedido de prisão de Inácio Melo. O autor da ação é o filho do marido de Eliziane Gama, Gabriel Melo, que tem hoje 22 anos e desde os 3 foi abandonado pelo pai. Atualmente, Gabriel mora em Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde cursa Engenharia Agrícola.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
() Política		Cidades / Vida () Geral () Polícia	Outros
DATA	PÁG.		
05 / 10 / 2018	01	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	



"Muitas mulheres foram vítimas, sofreram o crime de importunação e, simplesmente, hesitaram denunciar, principalmente pelo sentimento de vergonha, porque a intimidade é que estava sendo exposta"

WANDA MOURA LEITE, titular da Delegacia Especial da Mulher

Três casos de importunação sexual são registrados em SL

Casos não foram autuados em flagrante, conforme a titular da DEM, de São Luís; delegada afirma ser necessário denunciar esse tipo de ação para combater a prática criminosa; lei foi sancionada em 24 de setembro

Desde a sanção da Lei nº 13.718, em 24 de setembro deste ano, a Delegacia Especial da Mulher (DEM) de São Luís, que funciona na Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro Jaracati, já registrou três casos de importunação sexual. Segundo a delegada titular, Wanda Moura Leite, os inquéritos foram instaurados, e a investigação acerca das denúncias está sendo realizada para responsabilizar os suspeitos tendo, portanto, nenhum dos crimes sido autuado em flagrante. A maior parte dos casos de tal prática criminosa se dá dentro de ônibus.

A lei foi sancionada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que estava em exercício interino na Presidência da República, quando decidiu pela sanção, e é considerada uma conquista das mulheres. O feito altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

"Já tivemos muitas conduções ao nosso plantão, antes da mudança da lei. Geralmente de mulheres tendo sido importunadas por homens, dentro de ônibus, por motivos de o homem ficar roçando a genitália no ombro ou nas nádegas delas. À época, antes da sanção, o que oferecia a Justiça e ficava assegurado à vítima era somente o registro do termo circunstanciado de ocorrência, que considerava o crime de menor relevância e acarretava apenas multa ao



Divulgação

MAIORIA dos casos de importunação sexual acontece em ônibus

SAIBA MAIS

O que é importunação sexual?

Conforme o texto, é considerado importunação sexual praticar contra alguém, e sem a autorização, ato libidinoso a fim de satisfazer desejo próprio ou de terceiro. A importunação sexual, até recentemente, era contravenção, ou seja, só pagava multa. Agora, a pena é de um a cinco anos de cadeia.

infrator", lembrou a delegada Wanda Moura Leite.

Antiga realidade

De acordo com a titular da DEM, a aprovação e sanção da nova lei e, portanto, revogação da antiga, "pouco eficaz para coibir a prática e punir os criminosos", é uma grande conquista de direitos para as mulheres, que são as principais vítimas desses casos.

"Muitas mulheres foram vítimas, sofreram o crime de importunação e, simplesmente, hesitaram denunciar, principalmente pelo sentimen-

to de vergonha, porque a intimidade é que estava sendo exposta. No entanto, com a realidade que pouco beneficiava a vítima, a mulher ficava

com o sentimento de impunidade, além de não se sentir protegida pela lei, agora revogada".

Com a sanção

"Com a nova lei, já em vigor, não tivemos nenhuma condução, apenas instaurações de inquéritos, mas, uma vez investigado e confirmada a prática criminal, os abusadores serão responsabilizados criminalmente, ou seja, autuados em flagrante e encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas", ressaltou a delegada Wanda Moura Leite.

Com a entrada da lei, é possível mudar a realidade de impunidade em São Luís, assim como em todo o país. A pena prevista para esse tipo de crime, agora, passou a ser de re-

diz o projeto. "Oferecer, trocar, disponibilizar transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, inclusive de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro, ou estupro de vulnerável, ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia".

Direito delas

De acordo com o texto do Plano de Lei, "é inadmissível que, em pleno século XXI, mulheres ainda tenham receio de andar sozinhas; de usar determinado tipo de roupa ou maquiagem ou ainda que temam ser assediadas no transporte público", além de dispor em suas linhas que a importunação sexual se deve, principalmente, "a uma cultura machista muito impregnada em nossa sociedade, segundo a qual a mulher é assediada porque provoca o homem, seja em razão de sua roupa, maquiagem ou comportamento. É fundamental ressaltar que, em casos de assédio ou estupro, a culpa jamais é da vítima; a culpa é e sempre será do agressor".

Com a lei, é possível mudar a realidade de impunidade

clusão de um a cinco anos, se o ato não constituir crime mais grave. O Código Penal também foi alterado pelo projeto de lei, no sentido de ressaltar que as penas previstas para quem comete conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 anos devem ser aplicadas independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela já ter mantido relações sexuais antes do crime.

Além disso, divulgar cena de estupro, incluindo de vulnerável, e imagens de sexo ou pornografia também passou a ser crime, como

VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Estado
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	6
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

Eleições 2018

Segurança Pública reforça policiamento em cidades do interior do Maranhão

As tropas da Polícia Militar que vão prestar reforço ao efetivo policial de cidades do interior do Maranhão iniciam deslocamento nesta sexta-feira (5). As equipes foram destacadas, conforme planejamento do Comando Geral da Polícia Militar (PMMA) e vão garantir a segurança nas cidades maranhenses durante todo o período eleitoral.

O planejamento integra as ações do Comitê de Segurança nas Eleições, que agrega órgãos da Segurança Pública, do Judiciário e do Ministério Público. À Polícia Militar cabe fortalecer a execução das estratégias dos comandos no interior, com fins de garantir a segurança durante todo o processo eleitoral de 2018.

O secretário de Estado de Segurança Pública (SSP-MA), Jefferson Portela, enfatiza que todos os direcionamentos foram discutidos e organizados em forte esquema de planejamento operacional. "O que cabe à

Segurança vem sendo discutido e planejado com antecedência para que o processo eleitoral siga sem interferências e garantido o direito do eleitor à votação".

"Há diretrizes gerais da Justiça Eleitoral e nós, da Segurança, temos nosso planejamento operacional estratégico para controle do processo de votação e apuração, até o encerramento total do pleito", pontuou Jefferson Portela.

Os militares vão trabalhar em regime de plantão, nos 217 municípios, desde às 8h do sábado (6) até o encerramento da votação, no domingo (7). O trabalho da PM consiste ainda na fiscalização do uso de bebida alcoólica durante o período vedado. Portela enfatiza que o efetivo da Segurança Pública estará a postos até o final das eleições. Integrando as ações da PM, atuam em conjunto os efetivos da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Batalhão Tiradentes, Centro Tático Aéreo (CTA) e

Cavalaria.

O contingente de militares em cada município segue o critério da demanda. "O trabalho de organização do esquema a ser realizado no período eleitoral já está em andamento e a integração ao Comitê de Segurança Pública potencializa essa estratégia, uma vez que vários órgãos de competência estão unidos por um processo eleitoral seguro e democrático", enfatizou o comandante geral da PM, coronel Jorge Luongo.

As ações da Polícia Militar consistem no transporte de urnas às zonas eleitorais na Região Metropolitana de São Luís e demais municípios no interior do Estado, segurança dos locais de votação e fiscalização. São equipes atuando a pé, motos, cavalaria e viaturas.

Os municípios considerados mais críticos vão ser alvo de operações para contenção de ocorrências e prevenção de atos que venham

prejudicar a votação. Coletivos, paradas de ônibus e os cinco terminais de integração também serão alvo da ação preventiva da Segurança Pública. Abordagens a pessoas nos terminais de integração, nos coletivos e paradas de ônibus também estão incluídas nas atividades policiais para o período.

A população também pode colaborar repassando informações à polícia. Basta acionar o número (98) 9.9163.4899 no WhatsApp e pelo aplicativo Byzu 2.0, compatível com todos os sistemas operacionais e disponíveis 24 horas.

O comitê é uma iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) e conta ainda com representação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Ministério Público (MP-MA) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) - instituições que também integram o Comitê de Segurança.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros			
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	3
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Jornal *O Estado* obtém uma nova vitória no TSE contra Flávio Dino

Ministro Edson Fachin deferiu pedido cautelar de *O Estado* para suspender a publicação de direito de resposta que havia sido determinada pelo TRE do MA



O ministro Edson Fachin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), deferiu o pedido feito pelo jornal *O Estado* para suspender a publicação de direito de resposta do candidato Flávio Dino (PCdoB), que havia sido determinada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE).

Em voto do desembargador Vicente de Paula Castro, o TRE havia determinado, sob pena de multa de R\$ 100 mil diários se o jornal não publicasse direito de resposta do candidato Flávio Dino por texto publicado na coluna Estado Maior dando conta de sua condenação, em 1º grau, por abuso de poder político relativo a ação que tramitava na Justiça de base de Coroatá.

A decisão foi dada pela juíza Anelise Reginato - que sofreu perseguição do partido do governador até com representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela decretou ainda a inelegibilidade do governador Flávio Dino por oito anos.

Fachin entendeu, ao contrário da Corte Eleitoral do Maranhão, que "o objetivo do texto era o de transmitir que os candidatos nominados tinham, contra si, decisão judicial que produziria efeitos em suas campanhas eleitorais".

Nesse contexto, afirmou ainda o ministro, "não se pode afirmar que a informação contida na publicação seja sabidamente inverídica", o que foi alegado pela defesa do candidato a reeleição do PCdoB.

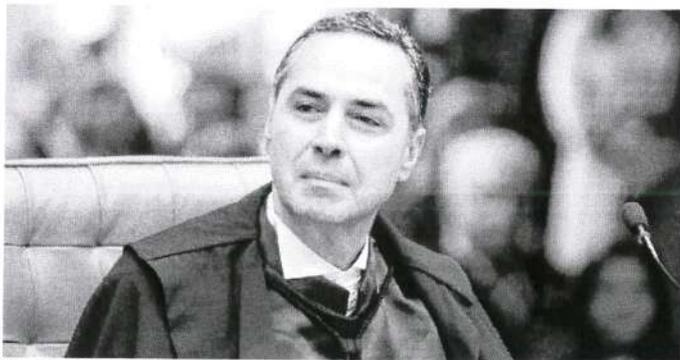
Mais decisões

Essa é a segunda decisão favorável ao jornal *O Estado* em menos de dois dias. Na quarta-feira, 3, o ministro Luiz Roberto Barroso, também do TSE, suspendeu a publicação de direito de resposta que havia sido determinada pelo TRE em favor do candidato ao Senado, Werverton Rocha (PDT).

No caso, o candidato propôs representação com pedido de direi-



Ministro Edson Fachin se posicionou contra a tentativa de censura à liberdade de expressão imposta por Dino



Ministro Luiz Barroso decidiu negar direito de resposta pedido pelo candidato a senador, Werverton Rocha

SAIBA MAIS

TSE X TRE

Como já foi informado em outras ocasiões pelo jornal *O Estado*, o TSE, na contramão do que vem acontecendo no TRE, tem negado centenas de representações e direitos de resposta que visam tanto suspender conteúdo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão quanto conteúdo de matérias

jornalísticas divulgadas pela imprensa. O TSE tem entendido, de forma unânime e reiterada, que as disputas político-eleitorais exigem maior deferência à liberdade de expressão e pensamento e tem determinado pela intervenção mínima do Judiciário nas manifestações e críticas próprias do embate eleitoral.

putado Federal afirmou que não é réu em ação penal no caso do Gínasio Costa Rodrigues".

O candidato alegou que a matéria havia veiculado fato sabidamente inverídico. O ministro Barroso, entretanto, entendeu diferente do TRE.

"Nesse juízo de cognição sumária, não vislumbro, da leitura do trecho impugnado, divulgação de informação sabidamente inverídica, na forma como compreendida pela jurisprudência do TSE. Verifico que o ora requerente limitou-se a transcrever os termos da Certidão de Distribuição expedida, em 30 de agosto de 2018, pela Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal". •

to de resposta contra o jornal *O Estado* em razão da matéria intitulada

da "Certidão do Supremo desmentando discurso de Werverton Rocha: De-

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia () Outros

DATA 05 / 10 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Sindicato repudia prisão ilegal de agente penitenciária por fazer revista em escritvã

• Ocorrência foi registrada em Santa Inês, tendo como protagonista o delegado regional daquele município

• O secretário Jefferson Portela autorizou a Corregedoria de Polícia Civil a abrir procedimento para apurar o caso

NELSON MELO

O Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão (Sindspem) repudiou a conduta do delegado Ederson Martins, da Delegacia Regional de Santa Inês, em um fato ocorrido na terça-feira (2). O episódio aconteceu na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do município, quando a agente de execução penal Adriana Roma foi presa logo após ter submetido uma escritvã de Polícia Civil ao procedimento de revista no presídio.

Ao **Jornal Pequeno**, um dos diretores do Sindspem, Márcio Rodrigues, que é inspetor de execução penal, contou que Adriana, chefe de plantão da unidade carcerária, ao observar nas câmeras que a escritvã e outro agente não iriam passar pela revista, seguiu ao local e determinou o procedimento a um agente penitenciário temporário. Feita averiguação, os policiais civis colheram o depoimento de um dos detentos acerca de uma situação.

Isso tudo durou das 13h40 até as 14h30, aproximadamente, sendo que o delegado não estava no local, como Márcio observou. Por volta das 18h10, para a surpresa de todos, uma viatura da



O delegado Ederson Martins terá sua conduta avaliada pela Corregedoria da Polícia Civil

Delegacia Regional de Santa Inês surgiu na UPR, ao que Ederson Martins entrou no estabelecimento penal e se deslocou direto à permanência, onde Roma estava. Ele apenas perguntou quem era Adriana, que foi colocada no carro policial após confirmar seu nome, de acordo com declarações do inspetor de execução penal. Na Delegacia Regional, disse Márcio Rodrigues, Adriana foi jogada em uma das celas, sem necessidade, uma vez que não havia motivo algum sequer para prendê-la, pois ela agiu na Unidade Prisional dentro da

legalidade, pois todas as pessoas precisam passar pelo detector de metal ou pela revista com uma raquete. Conforme frisou o diretor do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário, até mesmo juízes, promotores e advogados são submetidos ao procedimento sem nenhum tipo de reclamação porque conhecem as normas de segurança do presídio. Já por volta das 22h, narrou Márcio, talvez porque percebeu que agiu errado, o delegado liberou a agente de execução penal, que passou por várias horas de constrangimento

psicológico enquanto esteve presa ilegalmente. Ela – que é concursada e ingressou no sistema penitenciário no ano passado, sendo que é natural de Teresina, no Piauí – está muito abalada e está em São Luís, sendo acolhida e amparada pelo Sindspem.

REUNIÃO NA SEAP

Márcio Rodrigues disse ao JP que, nessa quinta-feira (4), participou de uma reunião na Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap), em São Luís, quando o caso foi debatido com o titular da pasta, Murilo Andrade. O secretário se comprometeu a entrar em contato imediatamente com o delegado Jefferson Portela, secretário de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), para que tome uma providência e recolha provas que comprovem a prisão ilegal de Adriana Roma por parte do delegado e sua equipe.

Portela, inclusive, anunciou que já autorizou a Corregedoria de Polícia Civil a apurar a conduta de Ederson Martins. A reportagem do **Jornal Pequeno** tentou contato com o delegado de Santa Inês, para que oferecesse sua linha de defesa, mas ele não atendeu nem retornou às ligações. Mas o espaço continua aberto no jornal para que se defenda e sustente seus argumentos.

DIVULGAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia		Outros		
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	12	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Realizada a primeira audiência de instrução do radialista Samir pelos casos do assédio

Foi realizada, na tarde dessa quinta-feira (4), no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a primeira audiência de instrução e julgamento do radialista Samir Ewerton, acusado por assédio contra várias profissionais da comunicação do Maranhão. Ele foi denunciado pelo Ministério Público após a divulgação de conversas, via WhatsApp, em que o réu oferece oportunidades de emprego em troca de sexo.

Segundo informações da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJMA), o processo está em segredo de Justiça, e, por este motivo, os detalhes dos autos não podem ser divulgados para preservar a imagem das várias vítimas, que são todas mulheres. Durante a audiência de instrução, que começou por volta das 14h30, a juíza Patrícia Marques Barbosa, da 4ª Vara Criminal de São Luís, ouviu os argumentos das partes envolvidas e suas testemunhas, para solucionar problemas antes de sentenciar.

Samir foi denunciado pelo Ministério Público depois que, em fevereiro deste ano, inúmeras mulheres divulgaram, nas redes sociais, publicações sobre os assédios do radialista, que, nas conversas do WhatsApp, pedia sexo com relação a propostas de emprego. Uma transexual também havia sido vítima de Ewerton, que estava recrutando jornalistas por meio do "teste do sofá",

caracterizado pela exigência de favores sexuais em troca de algum benefício.

A investigação do caso ficou sob a responsabilidade da delegada Wanda Moura Leite, da Delegacia Especial da Mulher (DEM), que recebeu pelo menos cinco mulheres que alegavam terem sido assediadas pelo radialista. Um grupo dessas vítimas, inclusive, criou um grupo no WhatsApp para debaterem sobre o ocorrido envolvendo Samir. Uma relatou que Ewerton enviou uma foto íntima dele pelo celular, sendo que estava recebendo elogios do denunciado há alguns meses, quando era estagiária.

Em sua defesa, o radialista justificou, em um Boletim de Ocorrência (BO), que o celular dele foi extraviado e que o aparelho foi perdido. Ele contou que estava voltando de uma festa no Itapiracó, e parou o carro em um trecho escuro, sendo que o veículo ficou preso em um trecho alagado.

Quando amanheceu, segundo Samir, ele pediu ajuda a um rapaz em uma bicicleta, para ajudá-lo a empurrar o automóvel. Nesse momento, o celular teria caído na água.

O fato é que o radialista foi denunciado pelo MP, que enviou o caso à Justiça em abril. Para o Ministério Público, há provas da existência de crime de assédio e indícios suficientes de autoria e materialidade. (NELSON MELO)

Foragido por estuprar criança de 10 anos é localizado em operação conjunta

Com o apoio da Guarda Municipal, a Polícia Civil de Grajaú capturou um foragido da Justiça identificado como Cleiton Carvalho dos Santos, na noite de quarta-feira (3). Conforme dito pelos policiais, ele estava sendo procurado em virtude de um estupro de vulnerável ocorrido há dois meses naquela cidade, sendo que a criança tem 10 anos e ainda recebeu 14 golpes de tesoura.

A prisão de Cleiton foi o resultado de um intenso trabalho de levantamento e investigação conduzido pela Polícia Civil de Grajaú. Segundo os que estão à frente do inquérito, a vítima foi socorrida e transferida para um hospital em Imperatriz, o sudoeste do Maranhão, em estado grave. A criança ficou internada durante um mês, devido ao estupro e também por conta das perfurações de tesoura.

Enquanto isso, o suspeito se escondeu na zona rural de Grajaú, onde foi encontrado na casa de uma tia. Ele já está encarcerado na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de lá. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida		<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
DATA		05 / 10 / 2018		PÁG. 10
				<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



Agência do Banco do Brasil foi explodida ontem, na cidade de Araiões



Agência do Bradesco também foi alvo de assaltantes nesta quinta-feira

Quadrilheiros atacam 3 agências bancárias no mesmo dia no MA

Dois deles, BB e Bradesco, foram explodidos em Araiões ao mesmo tempo; em São Luís, houve invasão à agência da Caixa no Turu, mas nada foi roubado

ISMAEL ARAÍJO
Da editoria de Polícia

NÚMERO

3

foi o número de agências bancárias atacadas por quadrilheiros na madrugada de ontem, sendo duas na cidade de Araiões e uma na capital.

SAIBA MAIS

Um total de 16 agências bancárias já foi alvo de criminosos este ano no Maranhão, de acordo com o Sindicato dos Bancários. Entre os registros há 11 casos de explosões, um de assalto e quatro tentativas de assalto e arrombamentos.

Roubo a Instituições Financeiras (Decrif), órgão da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), disse que a quadrilha era composta de seis a 10 criminosos, que chegaram em motocicletas e automóveis.

Na chegada, os bandidos atacaram inicialmente a delegacia e o destacamento da PM onde efetuaram vários tiros, mas não houve registro de baleados. Em seguida, o bando se dividiu: uma parte foi para o Bradesco, enquanto a outra para o Banco do Brasil. Eles usaram dinamite e conseguiram explodir os

dois bancos ao mesmo tempo.

De posse do dinheiro, inclusive do cofre, os bandidos deixaram a cidade e, durante a fuga, atearam fogo em um veículo em cima de uma ponte, no povoado João Peres, zona rural da cidade. "Há grande possibilidade de os assaltantes terem fugido para o Piauí, mas isso está sendo investigado", disse o delegado.

Victor Machado informou, também, que policiais do Decrif foram enviados ainda ontem para Araiões e iniciaram o trabalho de investigação junto com a equipe da delegacia da cidade. Policiais militares realizaram incursões na região com o objetivo de localizarem os quadrilheiros, mas sem êxito até o fim da tarde de ontem.

Sem banco

Araiões amanheceu ontem sem agência bancária. Os moradores tiveram que se deslocar até os municípios vizinhos para realizarem as transações bancárias, como saques, depósitos e pagamento de tributos como água e energia. Uma das moradores, Maria Silva, de 67 anos, disse que viajou para outra cidade para receber a sua aposentadoria.

Alex Benedito Gusmão, de 36 anos, que proprietário de um comércio de secos e molhados na cidade, declarou que o empresariado acaba no prejuízo com a explosão de um banco, já que os clientes acabam comprando em outras cidades. "O cliente recebe o salário em uma outra cidade e acaba realizando a sua compra do mês nessa localidade", disse o empresário.

Na capital

Já em São Luís, os bandidos atacaram a agência da Caixa Econômica Federal, na Avenida São Luís Rei de França, no bairro do Turu. Segundo a polícia, os criminosos conseguiram fazer um buraco no muro dos fundos do prédio e tiveram acesso à parte interna, mas deram azar, já que o alarme disparou e os criminosos fugiram sem levar nenhuma quantia em dinheiro.

Eles acabaram abandonando o material que seria utilizado na ação criminosa. Maçareta e picareta e martelo foram encontrados pela polícia. Ontem, a agência não funcionou e passou por uma pericia. Até mesmo as imagens do circuito de câmera foram analisadas e o caso vai ser investigado pela Polícia Federal.

Este foi o segundo caso de assalto a banco no Turu, este ano. No dia 26 de março, o Banco do Brasil, localizado na mesma avenida, foi arrombado e os criminosos conseguiram levar o dinheiro do cofre. A Polícia Civil continua investigando esse caso, mas quase sete meses depois, não há informações sobre os criminosos. ●

NA WEB

Morre jovem baleado pelo ex-namorado
oestadoma.com/452741

Acusado de assédio é ouvido na Justiça
oestadoma.com/452740

Agente da Seap é presa por policiais civis em Santa Inês

Sindspen alega que a funcionária foi jogada no camburão da viatura de forma truculenta

A direção do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário (Sindspen) afirmou, ontem, que ainda esta semana vai entrar com uma representação na Corregedoria da Polícia Civil e na Promotoria de Controle Externo contra a equipe da Delegacia Regional de Santa Inês, que é coordenada pelo delegado Ederson Martins. A Sindspen alega que policiais civis agiram de forma truculenta e ilegal ao prenderem a agente penitenciária Adriana Roma, no último dia 2, na Unidade Prisional de Santa Inês.

O presidente do Sindspen, Ideraldo Lima, declarou que o sindicato está tomando providências para resolver esse problema. Uma delas é a solicitação de uma representação na Corregedoria da Polícia Civil, na Secretaria de Segurança Pública, na Vila Palmeira. "Estamos tomando essa atitude para que não venha a ocorrer outro tipo de abuso como esse", desabafou o líder sindical.

Revista

A agente penitenciária Adriana Roma disse que no último dia 2 estava de plantão na Unidade Prisional de Santa Inês e solicitou que um investigador da Polícia Civil e uma escrivã "ad hoc" fossem revistados, já que teriam tido acesso à unidade prisional sem passar por esse procedimento adotado pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap). "A secretaria determinou que todas as pessoas devem ser revistadas pelos agentes penitenciários antes de entrarem no presídio", explicou.

Ela ainda declarou que o investigador da Polícia Civil e a escrivã foram revistados por um aparelho de detector de metal. "Foi apenas utilizado o bastão e não teve a revista íntima, em que é necessário a pessoa retirar a roupa", disse a agente penitenciária.

Adriana Roma informou, também, que no começo da noite do dia 2 foi presa pelos crimes de desacato, cons-

trangimento e resistência à prisão pela equipe da Delegacia Regional de Santa Inês. "O delegado, em companhia de mais dois investigadores, disse que iria me prender, mas declarei que não tinha cometido nenhuma ilegalidade. Ele pegaram nos meus braços e pés e me jogaram no camburão da viatura. O delegado disse que arbitraría uma fiança para eu ser solta. Só que isso não aconteceu", disse a agente.

Outra versão

O delegado Ederson Martins, por sua vez, declarou que uma escrivã e um investigador da Polícia Civil foram até o presídio tomar o depoimento de um interno e, ao chegar ao local, foram submetidos a uma revista íntima. "A escrivã foi levada para uma sala reservada e, ao tirar a blusa, foi informada que não precisava, porque a agente a conhecia", explicou o delegado.

Ele também informou que, ao tomar conhecimento do caso, tentou falar com o diretor da unidade prisional, mas não obteve sucesso. Ele comunicou o fato à Secretaria de Segurança Pública.

O delegado disse ainda que foi até o presídio com mais dois investigadores para ouvir a agente penitenciária. "Ela falou que não iria até a delegacia e deu ordem para que não abrissem os portões da unidade prisional. Após isso, a agente penitenciária foi colocada no camburão, por motivo de segurança", declarou Ederson Martins.

Ele informou, também, que a agente penitenciária foi ouvida e logo depois liberada. Também nesse dia a escrivã "ad hoc" prestou esclarecimento sobre o caso na delegacia, e foi aberto um inquérito para apurar os fatos. ●

VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



Momento em que a agente penitenciária era levada pelos policiais



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral () Polícia		Outros	
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	12
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

Três agências bancárias são violadas às vésperas das eleições

Uma agência da Caixa, em São Luís, e as agências do Banco do Brasil e do Bradesco, em Araióses, foram violadas durante a madrugada desta quinta-feira. O volume de dinheiro roubado não foi revelado

DOUGLAS CUNHA

Três agências bancárias foram violadas durante a madrugada por bandidos, que não lograram êxito nas suas

empreitadas criminosas. Por volta de 2h30 da madrugada desta quinta-feira (4), a agência da Caixa Econômica, na Avenida São Luís Rei de França, no Turu, foi invadida por bandidos desconhecidos.

Em Araióses foram arrombadas as agências do Bradesco e do Banco do Brasil. No Turu, os assaltantes arrombaram os fundos da agência da Caixa Econômica, abrindo um buraco na parede, que

fica ao lado de um matagal. Durante a ação, o alarme tocou, fazendo com que a quadrilha fugisse. Os bandidos deixaram maçaricos e outros equipamentos no interior da agência, material que seria

utilizado para o assalto. O dinheiro da agência não chegou a ser roubado pelos assaltantes, que chegaram a iniciar o arrombamento do cofre. A agência não funcionou nesta quinta para que fossem realizados levantamentos pelos peritos da Polícia Federal. Os assaltantes fizeram com que o sistema de alarme da agência bancária fosse acionado e tiveram que fugir, deixando equipamentos que seriam usados para arrombar o cofre, no interior da agência.

na cidade foi alvejada com tiros de arma de grosso calibre. O bando teria se dividido em dois grupos que, ao mesmo tempo, explodiram caixas eletrônicas e até o cofre de uma das agências. Os bandidos fugiram do local levando uma grande quantidade em dinheiro. O valor não foi revelado. Na fuga, os bandidos atearam fogo no carro utilizado no assalto. O veículo foi encontrado carbonizado na ponte do povoado João Peres, que fica cerca de seis Km da cidade.

OUTRO ASSALTO - Eram 2h30 da madrugada desta quinta-feira (4) quando bandidos fortemente armados explodiram as agências do Banco do Brasil e do Bradesco na cidade de Araióses.

Autoridades do 16º BPM, em Chapadinha, informaram que houve um intenso tiroteio na cidade, inclusive a sede da Polícia Militar

BANDIDO PRESO - Com consecutivas investigações comandadas pelo tenente-coronel Ribeiro e pelo delegado Eduardo, com o apoio da Seic, a polícia conseguiu prender um dos integrantes da quadrilha responsável pelo arrombamento da agência do banco Bradesco, na madrugada de quarta-feira (3), no município de Coroatá.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia		Outros	
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Assaltantes explodem cofres de agências do BB e Bradesco na cidade de Araiões

Na madrugada dessa quinta-feira (4), por volta das 2h40, homens fortemente armados explodiram duas agências bancárias na cidade de Araiões, sendo o Banco do Brasil (BB) e Bradesco. Segundo informações divulgadas pela polícia, os criminosos ainda atiraram na fachada do Destacamento de Polícia Militar (DPM) do município e na Delegacia de Polícia Civil, sendo que a quantia levada dos bancos não foi informada.

Conforme o delegado Raphael Reis, titular da Delegacia de Araiões, os suspeitos se dividiram em vários grupos, para que um cuidasse do Bradesco, outro do BB e outra parte do ataque ao DPM e à delegacia. Houve, de acordo com testemunhas, um intenso tiroteio na região durante as horas em que os membros da quadrilha estavam nos pontos onde as agências estão localizadas. Os cofres dos estabelecimentos bancários foram explodidos pelos assaltantes, mas ainda não foi divulgado o valor



A agência do Banco do Brasil foi um dos alvos dos assaltantes

subtraído dos dois ataques. Um dos veículos utilizados na fuga, modelo Audi, foi encontrado incendiado em uma ponte situada no Povoado João Peres, na zona rural da cidade. Raphael Reis disse que eles queimaram o carro com o intuito de impedir o acesso das forças policiais ao local, porque somente um automóvel pode trafegar por vez naquela ponte. A Perícia Criminal está na cidade para realizar os procedimentos forenses necessários,

a fim de recolher vestígios, que serão analisados. Uma equipe do Departamento de Combate a Roubos a Instituições Financeiras (Dcrif), da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), já está em campo para identificar e prender os envolvidos nas explosões bancárias. Os bandidos fugiram em direção ao Piauí, ao município de Parnaíba, conforme Raphael. Eles foram vistos em uma picape, uma Hilux e

em três motocicletas altas, do tipo Honda Bros.

CEF NO TURU

Em São Luís, houve um arrombamento da Caixa Econômica Federal (CEF) localizada às margens da Avenida São Luís Rei de França, na madrugada do mesmo dia. Conforme a Polícia Militar, os bandidos abriram um buraco nos fundos do banco por meio de um maçarico, picareta e martelo, sendo que o objetivo era ter acesso ao cofre da agência. No entanto, os criminosos saíram às pressas do local porque, como o alarme foi acionado, os seguranças e policiais militares estavam seguindo ao ponto onde o grupo estava. Como a fuga aconteceu de repente, os suspeitos abandonaram no banco as ferramentas utilizadas no arrombamento. Por conta da situação, aquela CEF não funcionou ontem, pois uma perícia seria realizada para ser entregue à Polícia Federal, responsável pela investigação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	7
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

ABUSO DE AUTORIDADE

Delegado prende agente penitenciária que revistou escritvã

O delegado Ederson Martins, que responde pela Delegacia Regional da Cidade de Santa Inês, está sendo acusado de abuso de autoridade por ter dado voz de prisão e conduzido coercitivamente uma agente penitenciária que estava de serviço na Unidade Prisional de Ressocialização.

A agente Adriana Roma foi retirada de seu local de trabalho e conduzida pelo próprio delegado no camburão de uma viatura da Polícia Civil. O caso ocorreu por volta de 18h de terça-feira (02).

Segundo Márcio de Deus, membro do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão, na última terça-feira (02), por volta de 15h, a agente estava de plantão na permanência da UPR/Santa Inês, quando uma escritvã de Polícia Civil adentrou para fazer o interrogatório de um detento, sendo que sua passagem foi prontamente concedida, assim também como de um agente policial que lhe acompanhava.

Ao perceber a irregularidade, a agente penitenciária Adriana Roma se dirigiu aos dois, solicitando que se submetessem ao processo de revista. De acordo com a versão do sindicato, a escritvã



O caso ocorreu por volta de 18h de terça-feira (02)

se sentiu constrangida por ser obrigada a, inclusive, se agachar durante revista íntima e vexatória, fato, que é negado, veementemente, pela agente penitenciária.

"Esse tipo de revista já está proibido pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). No caso da revista da escritvã, foi feita na sala e o procedimento du-

rou menos do que cinquenta e cinco segundos. Isso não é tempo hábil para que ela tirasse as vestimentas, como alegou", disse Adriana em áudios divulgados nas redes sociais.

Após passar pela revista, a escritvã interrogou o detento normalmente e deixou o prédio da UPR.

Horas depois, por volta das

18 horas, o delegado Ederson Martins entra no local questionando quem seria a agente Adriana e, de imediato, lhe deu voz de prisão por desacato.

"Eu me levantei da cadeira e ele pegou meu braço com truculência, torceu meu braço. Eu resisti porque aquilo foi uma surpresa, uma prisão ilegal, eu fiquei abalada. Fui imobilizada por ele e ainda vieram mais dois policiais que me agarraram pelos braços e pernas e me conduziram diretamente para a viatura da Polícia Civil. Fui conduzida por um camburão, como o pior bandido", desabafa a agente.

Acredita-se que a Secretaria de Estado da Segurança (SSP) deverá abrir procedimento administrativo para apurar a conduta do delegado. Até o momento, a Secretaria de Administração não se posicionou sobre o caso.

A agente Adriana Roma, que é natural de Teresina/PI, foi trazida para a Seap e disse que não pretende mais continuar lotada em Santa Inês, mas seu chefe imediato teria dito que ela continuará exercendo suas funções na mesma Unidade Prisional.

Revoltados com a situação, os agentes penitenciários prometem fazer manifestações contra o ato arbitrário do delegado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos (X) Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia Outros

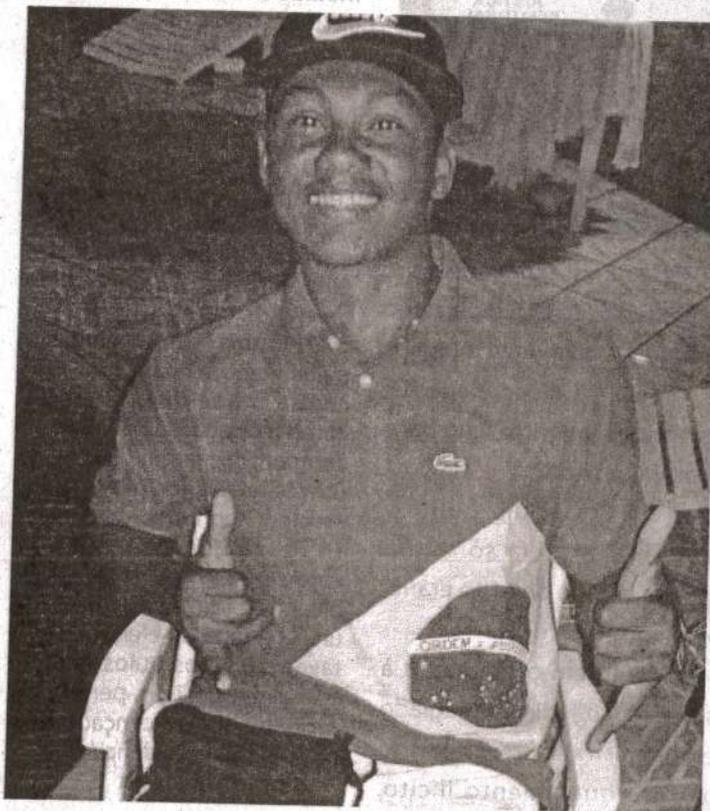
DATA 05 / 10 / 2018 PÁG. 7 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Morre jovem baleado após discussão com policial em festejo em São Bento

Thalysson Tácio Costa tinha 20 anos e morreu na quarta-feira (3) no Hospital Macrorregional de Pinheiro. O soldado George Domingos foi preso

Faleceu na manhã de quarta-feira (3) o jovem Thalysson Tácio Costa, de 20 anos, no Hospital Macrorregional de Pinheiro, a 341 km de São Luís. Segundo a polícia, ele foi baleado pelo soldado da Polícia Militar George Domingos Costa Ferreira Nunes na noite de sábado (29), na cidade de São Bento.

Segundo a polícia, uma das versões apresentadas por testemunhas indica que Thalysson foi baleado no abdômen pelo policial após um desentendimento durante o festejo de São Judas Tadeu. O jovem teria pisado no pé da companheira do policial, o que levou o soldado a sacar a arma. No entanto, o dele-



O jovem teria pisado no pé da companheira do policial
gado que investiga o caso não confirma esta versão

e diz que ainda faltam depoimentos.

“Não posso confirmar. Apenas que houve uma discussão e o disparo. Disso não há dúvida. Estamos esperando ouvir todas as testemunhas”, contou o delegado Rodrigo Alonso, da Delegacia Regional de Pinheiro.

Após o crime, o soldado George Domingos foi preso pela polícia na segunda-feira (1º) e autuado em flagrante como suspeito de tentativa de homicídio qualificado. Após a prisão, o policial foi encaminhado para o Comando Geral da Polícia Militar, em São Luís.

Na redes sociais, parentes e amigos lamentaram a morte do jovem.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos (X) Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros		
DATA	05 / 10 / 2018	PÁG.	7	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa



TROCA TIROS

Câmeras de segurança flagraram a ação dos criminosos que assaltaram uma joalheria no centro de Teresina, na manhã da quarta-feira (03). O crime terminou com um sargento da Polícia Militar baleado ao tentar impedir o audacioso assalto. O vídeo mostra um funcionário na porta da loja quando é surpreendido por um suspeito de camisa longa e mochila que puxa a arma e anuncia o assalto. Imediatamente, o comparsa que está de boné também entra na loja. Algumas pessoas que estavam na rua percebem que se trata de um assalto e saem correndo. As portas são fechadas por cerca de 1 minuto e 30 segundos. De acordo com o coronel Carlos Teixeira, comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar, um dos criminosos efetuou cinco disparos. O militar baleado foi submetido a duas cirurgias e seu quadro de saúde é estável. A bala atingiu a região do tórax perfurando o pulmão da vítima. Os dois suspeitos que aparecem no vídeo foram presos. Um deles foi capturado ainda na manhã do assalto após cair e sofrer tentativa de linchamento.

PRISÃO

Policiais do 6º BPM prenderam na manhã de quarta-feira (03) os traficantes identificado como Michael Saraiva Galindo, de 29 anos, na Rua da Pedreira, na Vila Airton Sena, em São Luís. Os policiais apreenderam uma pistola calibre 380, marca Taurus; 14 munições de calibre 380; 36 trouxinhas de uma substância semelhante a crack; dois tubos de papel filme, utilizado na embalagem da droga; e R\$ 27,00 em espécie. Pelas informações da polícia, o Grupo Tático Móvel do 6ºBPM, em rondas pelo bairro, avistou um homem em atitude suspeita e que, ao notar a presença da guarnição, tentou se evadir dispensando um tubo plástico, mas foi interceptado e abordado. No recipiente plástico foram encontrada 36 trouxinhas de crack.

ARROMBAMENTO

Por volta de 2h30 da madrugada de ontem (4), a agência da Caixa Econômica localizada na Avenida São Luís Rei de França, no bairro do Turu, em São Luís, sofreu uma tentativa de assalto. Os assaltantes arrombaram os fundos da agência, abrindo um buraco na parede, que fica ao lado de um matagal. Durante a ação, o alarme tocou, fazendo com que a quadrilha fugisse. Eles deixaram maçaricos e outros equipamentos no interior da agência, material que seria utilizado para o assalto. O dinheiro da agência não chegou a ser roubado pelos assaltantes, que chegaram a iniciar o arrombamento do cofre. A agência não vai funcionar nesta quinta e passará por perícia.